



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
TEMA: TOMBAMENTO E PRESERVAÇÃO
DA CHÁCARA DA FONTE NO MORO DO QUEROSENE

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 08 de junho de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Lista de participantes não fornecida
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Início da reunião não gravado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto
- Suspensão
- Exposição em língua estrangeira
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão
- Seqüência descontínua por trecho não gravado
- OUTRAS OCORRÊNCIAS DE RELEVÂNCIA PARA O REGISTRO

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Bom dia a todos. Com a presença do Vereador Donato, damos início à audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente que se realiza hoje, dia 8 de junho de 2011, para discutir a situação da Chácara da Fonte, no Morro do Querosene, área cujos moradores reivindicam que passe por um processo de tombamento para sua preservação e transformação em parque, assunto que será discutido pelos próprios moradores, por vereadores desta Casa e até por membros do Executivo.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal da Câmara: www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-line.

Para fazer parte da Mesa, convoco o Dr. Cláudio Salvador Lembo, Secretário Municipal de Negócios Jurídicos; o Sr. Daniel Barbosa, Subprefeito do Butantã; a Sra. Maria Cecília Pelegrini Góes, representante dos moradores do Morro do Querosene; a Sra. Maria Letícia Bandeira de Mello, Diretora de Preservação do Patrimônio Histórico Municipal, e o Sr. Luiz Laurent Block, arquiteto e representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Inicialmente, vamos passar a palavra à Sra. Maria Cecília, que falará em nome dos moradores e entidades do Morro do Querosene.

A SRA. MARIA CECÍLIA PELEGRINI GÓES – Bom dia a todos. Preparamos um vídeo que resume bem toda a nossa explanação.

- Exibição de vídeo.

A SRA. MARIA CECÍLIA PELEGRINI GÓES – Eu vou pedir que seja dada continuidade à reunião e que a minha fala fique um pouco para depois porque esse vídeo me emociona muito.

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado, Maria Cecília. Daqui a pouco, então, retomamos a explanação da representante dos moradores do Morro do Querosene.

Passo a palavra ao arquiteto Luiz Laurent Block, que faz parte do Conpresp e que

também tem acompanhado todo o processo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

O SR. LUIZ LAURENT BLOCK – Bom dia a todos. São Paulo, evidentemente, carece de áreas verdes e ainda mais uma área verde que tem toda um história e uma tradição de bairro. Acho que esse é uma assunto precisa ser mais estudado, que precisa ser visto. Foi feito, pelo Conpresp, um esforço de estudo, que deve ser refeito, porque é uma área verde extremamente importante e deve ser vista pelos órgãos competentes, com a colaboração da população. De qualquer modo, é um esforço que deve ser tentado, porque é uma possibilidade que a Cidade tem de preservar áreas como essas que ainda nos restam, ainda mais com nascentes, etc.

Não sei se é o todo ou se é parte; realmente, não tenho essa noção. Quem vai dizer isso são os órgãos ou o pessoal que vai trabalhar com Geologia ou áreas verdes, que não são a minha especialidade. Mas, de qualquer modo, vale demais o esforço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado. Passarei agora a palavra ao Daniel Barbosa, Subprefeito do Butantã, que também tem acompanhado as reivindicações dos moradores e conhece muito bem a área, para nos expor como a Prefeitura e a Subprefeitura tem acompanhado esse processo.

O SR. DANIEL BARBOSA RODRIGUEIRO – Bom dia, Sr. Vereador Chico Macena, membros da Mesa e senhoras e senhores. Irei complementar essa aula a que acabamos de assistir, patrocinada pela comunidade liderada pela Dona Cecília.

O que consta na nossa subprefeitura é que um breve histórico de 1972, quando a Prefeitura avançou por algumas ruas no entorno, complementando esse trabalho em 1975. posteriormente, a família Basile, que se diz proprietária do terreno, entrou com uma retificação desse terreno onde, em 72 e 75 a Prefeitura havia adentrado para alargamento de ruas. Em vista dessa retificação que a família solicitou, foi, na ocasião, consultada a Procuradoria do Município, e o Município se manifestou pelo desinteresse em relação ao imóvel pleiteado pela

família. Posteriormente, houve uma sentença judicial na qual o juiz deferiu o pedido de retificação a favor da família Basile. Então, o que consta na Subprefeitura é que a retificação solicitada pela família foi deferida em juízo.

Pois bem. Há um ponto crucial lá, que a comunidade pleiteia, que é a construção daquele muro na Rua da Fonte. Esse muro, pelas informações, pelos dados que temos na Subprefeitura, está edificado em área particular. Então, temos um conflito porquanto a própria Prefeitura, em 2003, na gestão da Prefeita Marta, expediu um decreto definindo que a aquela rua tenha uma profundidade aproximada de 85 metros. Esse decreto está conflitando com o que consta nos cadastros da Subprefeitura, especialmente nos da Prefeitura, que não atingem essa profundidade de cerca de 85 metros.

Em cima desse conflito, entendo que nós, da Subprefeitura, que somos Poder Executivo, não podemos, por meio de um dos atributos do poder de polícia, que é a autoexecutoriedade, ir lá e promover o desfazimento desse muro porquanto estamos numa área litigiosa. Entendo que esse caso deva ser colocado à baila na justiça para que a Subprefeitura possa legalmente atingir o objetivo de desfazer o muro ou deixá-lo permanecer. O que a justiça determinar nesse caso, a Subprefeitura cumprirá.

O que eu tinha a expor aos senhores era esse ponto crucial do muro, que está tão em evidência na comunidade. Conhecemos o ambiente, estive lá; realmente, é uma área ambiental que tem de ser preservada. Então, vamos aguardar a decisão dos órgãos superiores e, até mesmo, se for o caso, da justiça.

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado. Gostaria de passar a palavra à Sra. Maria Letícia Bandeira de Mello, Diretora da Divisão de Preservação do Patrimônio História, pois houve um pedido em 2002 de tombamento daquela área. Não sei também se, depois, não seria o caso de se tratar da questão do patrimônio imaterial do Morro do Querosene, mas, pelo menos, do tombamento daquela área e de como está o processo dentro do Departamento de Patrimônio Histórico.

A SRA. MARIA LETÍCIA BANDEIRA DE MELLO – Bom dia a todos. Existiu um processo de 2002, que foi encaminhado ao Conpresp, que tratava somente da fonte. Esse primeiro processo foi mal instruído e, conseqüentemente, não foi aprovado. Em 2004, com o Plano Diretor, essa área foi transformada em Zepec, e o Conpresp abriu o processo de tombamento de todas as Zepec's de todas as subprefeituras. Todos esses processos e todas essas Zepec's estão numa fila e estão sendo instruídos para o tombamento definitivo.

No caso do Morro do Querosene, em 2009 a Associação entrou com um novo processo, que foi separado da Zepec do Butantã e tratado individualmente. Nessa solicitação de tombamento da chácara, ele está sendo analisado agora, sob estudo, e está no cronograma do DPH para ser encaminhado para apreciação do Conselho neste ano, possivelmente no mês de setembro ou, no máximo, outubro. Sua instrução será concluída, e ele será encaminhado ao Conselho com a garantia de que o DPH, sim, dará parecer favorável ao tombamento da chácara. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado. Finalmente, uma boa notícia. Registro a presença de Pedro Agustín Céspedes Perez, representando a Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo. Há uma reivindicação, Pedro. Peço até, se você puder, que ocupe este microfone para falar conosco. O ideal seria você vir para a Mesa, mas, para adiantar, passo-lhe a palavra.

Há um pedido dos moradores e também um encaminhamento da Câmara Municipal de São Paulo com a perspectiva de transformação daquela área da Chácara da Fonte em um parque. Por ocasião da C40, ocorrida recentemente, ouvimos pela imprensa o Secretário Eduardo Jorge e o Prefeito Gilberto Kassab anunciarem intenção da Prefeitura de aumentar o número de parques na cidade de São Paulo, inclusive em áreas onde temos paisagens mais áridas, em regiões mais urbanizadas, para que possamos preservar o pouco de áreas verdes que temos. Eu gostaria que o senhor pudesse nos informar se tem conhecimento de algum processo dentro da Secretaria, e, se existe, em que situação se encontra quanto à

transformação da Chácara em parque.

O SR. PEDRO AGUSTÍN CÉSPEDES PEREZ – Bom dia a todos. Venho acompanhando há nos, Cecília. Estou ali próximo. A Secretaria sempre esteve junto nessa procura, nessa tentativa de estudar a importância daquela área para a região do ponto de vista histórico e do patrimônio ambiental que ela representa. Eu mesmo tenho encaminhado para a Secretaria propostas, possibilidades para transformar aquela área em parque, além de questões de impacto ambiental que lá ocorreram por conta do descaso do proprietário, que tem sido multado pela fiscalização, já que aquela área constitui um patrimônio ambiental muito rico.

Há pouco tempo, estivemos lá e toda vez que comunidade tem solicitado encaminhamentos, eu mesmo tenho levado à Secretaria, que tem se pronunciado dizendo que esse local é muito importante e interessante e de grande valor histórico e ambiental, apesar do conflito entre a comunidade com os interesses do proprietário e da falta de diálogo sobre o que fazer com aquele espaço. Houve uma tentativa de se pensar em desapropriação, que, segundo informações, até o proprietário teria interesse, já que, também segundo informações, existe uma dívida pública de IPTU e de multas que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente aplicou por conta dos impactos que foram criados lá.

Agora, por enquanto, a Secretaria não tem como prioridade qualquer intenção de transformar aquilo em parque, principalmente por conta do valor do parque, que seria muito caro, e os cem parques que já estão na agenda de 2012; além disso, já estamos fazendo vários parques na região do Butantã, onde estamos investindo profundamente.

Acho que tem uma questão que deveria ser pensada. Não sei se vai haver o tombamento, mas, se não tiver, tem de haver diálogo a fim de se preservar aquele espaço. Agora, não sei como poderia se dar isso, mas, no futuro, é possível que a Secretaria possa se preocupar em fazer um projeto de parque para aquela área. Mas, por enquanto, não temos essa expectativa, não. O que há é uma vontade muito grande da Secretaria de fazer esse tipo de investimento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado, Pedro. Eu gostaria de informar que, na Câmara Municipal, por iniciativa de alguns vereadores, tramita um projeto de lei que autoriza a Prefeitura a declarar de utilidade pública aquela área; pelo menos como uma forma preventiva, até que possamos ter o desenrolar de todas as pendências jurídicas e políticas desse processo. A nossa expectativa é que possamos votá-lo o mais rápido possível.

Neste instante, passo a palavra ao Secretário Cláudio Lembo.

O SR. CLÁUDIO SALVADOR LEMBO – Sr. Presidente Chico Macena, senhoras e senhores, a partir da a exposição fotográfica que foi apresentada, comecei a ver com muito interesse tudo que há sobre o parque. Estou a par do tema porque também participo do Conpresp como membro, juntamente com o Dr. Carlos Eduardo, e, portanto, desde o momento em que foi apresentado o segundo pedido de tombamento, apoiamos o início do processo e somos muito simpáticos à ideia.

Parece-me que está bastante equacionada a situação jurídica e a situação político-social que foi apresentada. Parece-me, também, apesar do problema de custo, como abordou muito bem o representante da Secretaria, o Dr. Block, numa conversa paralela, que existe uma solução. Primeiramente, temos de esperar o tombamento em si, mas a ideia do Vereador Chico Macena, de declarar a área de utilidade pública, é excelente.

Publicamente, comprometo-me a levar ao Prefeito a ideia da eventual desapropriação da área. (Palmas)

Creio que todos os elementos, históricos, ambientais, etc, estão presentes, e o Prefeito, que também é muito sensível a esse tema, também ficará sensibilizado. E o Dr. Carlos Eduardo tem estudado profundamente o tema e também está muito interessado na área e na região. Portanto, estamos todos na mesma caminhada, ou seja, queremos que o córrego seja preservado e a área seja preservada, assim como sua história.

Agradeço ao Vereador Chico Macena por permitir que nos reuníssemos nesta manhã, trazendo o tema à tona para que possa ser levado ao Prefeito, em nome de S.Exa. e

de seus companheiros desta Câmara e de cada um dos senhores. Sou um soldado desta caminhada.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Muito obrigado, Secretário Cláudio Lembo, por nos trazer um alento e uma expectativa positiva. Tenho certeza de que, com a união da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, do Departamento Histórico e da Subprefeitura do Butantã, vamos conseguir desenrolar esse nó, tombando a área, transformando a chácara num parque e preservando a fonte.

Passo a palavra ao nobre Vereador Donato.

O SR. DONATO – Bom dia a todos. Cumprimento o nobre Vereador Chico Macena pela iniciativa. Cumprimento também o Secretário Cláudio Lembo, na pessoa de quem cumprimento todos os demais membros da Mesa. E na pessoa do Dinho, da Cecília, da Benê e de tantos companheiros da região, cumprimento todos que lutam para preservar a Chácara da Fonte e todo aquele complexo do Morro do Queresene, que tem uma importância muito grande para a nossa cidade, não só para a região do Butantã.

O filme que foi veiculado sintetiza toda a importância da região, mas, simbolicamente, acho que também mostra um dilema da Cidade: ou preservamos nossa cultura, nosso meio ambiente e nossa história ou vamos entregá-los à especulação imobiliária. Essa é a questão e não há alternativa.

Então, diante desse dilema, que é de toda a nossa cidade, temos de olhar melhor essa questão. Tenho certeza de que, pelas manifestações, todos estão imbuídos em resolver positivamente, para a história da nossa cidade, para o meio ambiente e para a nossa cultura, essa questão.

Cumprimento os moradores, porque, se não fossem eles, os cidadãos que lutam para preservar a nossa história, a nossa cultura e o nosso meio ambiente, essa questão já estaria resolvida de uma outra forma, pelo lado da especulação imobiliária. Contem conosco

nessa luta.

Parabéns a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado, Vereador Donato, pelo apoio, não somente hoje nesta audiência, mas pelo apoio que já vem de muitos anos à luta dos moradores do Morro do Querosene e do Butantã em prol da preservação cultural e ambiental da região.

Neste instante, passarei a palavra aos senhores que estão inscritos para falar nesta reunião. Primeiramente, tem a palavra o Sr. Roberto Tadeu, morador da região.

O SR. ROBERTO TADEU – Bom dia, meu nome é Roberto. Gostaria de perguntar sobre o decreto lei 43721, que já foi citado, sobre a extensão da rua, da fonte, porque, na Prefeitura, consta como 85 metros. Mas, no momento, por causa do muro, ela tem menos de 36 metros de extensão, e não temos acesso à água. Por que temos esse problema legal do muro, impedindo o acesso à nossa água se a fonte é de todos, é pública?

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado, Roberto. Depois de todas as inscrições, os representantes da Mesa responderão.

Tem a palavra a Sra. Avani Fátima, moradora da região.

A SRA. AVANI FÁTIMA – Bom dia. Meu nome é Avani, sou moradora da área. Minha pergunta é sobre uma construção que foi realizada no terreno, a qual julgamos ilegal, porque é um posto de gasolina, numa área de lençol freático, enfim. Como foi concedido esse alvará?

Gostaria de fazer uma pergunta para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente: parece que a Prefeitura, na semana passada, fechou um acordo com o Banco Mundial, referente a projetos ambientais na cidade de São Paulo. É um dinheiro bastante importante, e o próprio Prefeito disse que o único projeto ambiental na Cidade é o da criação de parques.

Sei que a Secretaria coloca a questão da falta de recursos, mas, na verdade, a notícia de uma semana atrás muda essa realidade? E se nós, da comunidade, podemos, de

alguma forma, pleitearmos algo? Ou seja, como encaminhamos essa questão para que seja considerado, nesse volume de projetos, a construção do parque no Morro do Querosene?

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Passo a palavra à Sra. Dafne Cristina, moradora da região.

A SRA. DAFNE CRISTINA – Bom dia, meu nome é Dafne, sou moradora do Morro do Querosene.

Quero perguntar sobre a questão da gleba, porque ela está em processo de tombamento e, parece-nos que está dividida em quatro. Queremos entender melhor essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Tem a palavra a Sra. Roberta de Carlo.

A SRA. ROBERTA DE CARLO – Bom dia, sou Roberta. Quero fazer uma pergunta e propor uma reflexão.

Hoje em dia, tem todo um discurso de reutilização de recursos naturais e de educação ambiental. Como podemos pensar em educação ambiental, se temos água pura, mineral, correndo a céu aberto?

O Sr. Eduardo Jorge falou que o proprietário está sendo multado. Gostaria de saber se tem alguma outra forma de fiscalização além da multa, porque as multas acontecem, as dívidas decorrentes de multas estão crescendo, mas continuam depredando o patrimônio que temos lá – já foi pintado; uma nascente foi tampada -, então, gostaria de saber que outra forma existe de fiscalização – além das multas – para que se preserve aquele patrimônio, enquanto o processo ainda corre?

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Luis Augusto.

O SR. LUIS AUGUSTO – Meu nome é Luis Augusto. Foram feitas algumas intervenções, como um muro, um barracão e alguma coisa na mata. Gostaria de saber como

isso está sendo feito sem a devida fiscalização do COMPRESP?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Dinho Nascimento.

O SR. DINHO NASCIMENTO – Sou Dinho Nascimento. Já moro no morro há, mais ou menos, 35 anos. Conheci não digo todos os moradores do morro – porque alguns estão descansando hoje, devido ao falecimento -, mas uma boa parte.

Até escrevi para não esquecer que “o descaso e a degradação da Mata Atlântica existente no terreno, através de queimadas da fauna” – várias vezes, vi os Bombeiros chegando lá, e as fuligens há anos entram nas nossas casas, acarretando até problemas de saúde. Estou falando de 35 anos.

Viram que o terreno foi degradado. Isso é muito sério, pois além de causar vários danos à saúde da população vizinha, é um crime ambiental. Esse crime ambiental é tão violento quanto aquele cometido com uma arma para detonar alguém, porque é um crime que ofende a vida. Precisamos de vida.

Qual a punição? Não é uma questão de punição, mas de uma resposta a isso. Inclusive, lá moram pessoas que tomam conta da área – não sei se a palavra é usucapião.

Os moradores, que se dizem proprietários, não estavam lá durante todos esses anos. Não os vi. Só os vi, em momentos de conflito, ou seja, para discutir.

Nós, que moramos lá durante todos esses anos, qual indenização moral e ambiental teremos? Independente do resultado de se tornar parque ou não. Isso é especulação. O metrô chegou agora. Não sabemos sair de casa porque sabemos que têm muitos carros.

Não é só o Morro, a bola da vez é o Butantã, como já foi em outros lugares. Lá não deixaremos que essa bola vá para a caçapa.

Como é que órgãos competentes responderão a isso?

Se os que se dizem proprietários morassem como nós moramos na área, tudo bem. Porque todos estariam engolindo fumaça juntos. Mas eles não moram lá e deixam escudeiros morando lá.

É isso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Pedro Guasco e, depois, o Claudio Laureati.

O SR. PEDRO GUASCO – Bom dia a todos, nobres Vereadores, Comunidade do Morro do Querosene, do Butantã e de São Paulo, em geral, porque estamos tratando de algo que interessa à Cidade, sou Pedro Guasco, morador local, sou da Associação de Educadores da USP.

Primeiro, temos ciência de um estudo - não sei se de DEPAV, Secretaria do Verde – recomendando que, ao longo de toda a Bacia do Pirajussara, fossem criados vários parques lineares – alguns estão sendo criados.

Queria saber por que no caso da Chácara da Fonte isso não foi considerado? Por que não constou dos estudos?

Pegando carona no que o Dinho disse sobre a especulação e exploração nessa área que está abandonada. Pelo Estatuto da Cidade, uma área como essa, um terreno largado numa área consolidada, está desvalorizando e trazendo danos à população enquanto ele, terreno, se valoriza. Ou seja, a comunidade paga os impostos, traz melhoria com o pagamento desses impostos, bem como pelo seu trabalho na área ao longo de décadas, sendo que os terrenos e os proprietários que nunca moraram lá trazem danos à Cidade e à comunidade local, esperando apenas os lucros dessa especulação.

Depois, disso construirão shoppings, condomínios, trazendo trânsito e mais prejuízo para a comunidade. Queria saber se a comunidade, mais uma vez, terá de pagar a conta dessas pessoas, dando-lhes o lucro?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Claudio Laureati.

O SR. CLAUDIO LAUREATI – Pessoal, sabemos que há diversas formas de violência: física, jurídica e, talvez, a pior delas seja a simbólica.

Aquele espaço é ancestral. Sabemos que ele contém uma história, razão pela qual não se pleiteia somente um parque temático, mas, também, um tombamento.

Em época de cultura de paz e de meio ambiente, temos uma questão global localizada no Butantã. Pensamos globalmente e agimos localmente, temos a chance política de enfrentarmos a especulação imobiliária através de outra proposta – que sabemos e sentimos possível – de um parque temático ou, no mínimo, um tombamento.

Pergunto: quando acontecerá o tombamento?

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Tem a palavra o Sr. Mauro Carota e, depois, o Sr. Renato Curi.

O SR. MAURO CAROTA – Meu nome é Mauro Carota. Sou nascido na Rua Padre Camilo, 55, não nasci em hospital, nasci naquela terra.

Tenho uma preocupação muito grande: os pássaros que via, quando era pequeno, já não existem mais, não tem colerinha nem bem-te-vi; as árvores frutíferas não existem mais. Queria saber: pelo menos vamos resgatar essas árvores, se a área se tornar um parque?

Outra preocupação são os inúmeros casos de dengue, porque não se tem cuidado com aquela terra.

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Renato Curi.

O SR. RENATO CURI – Bom dia. Tenho duas questões a falar. A primeira delas é uma reiteração ao que foi falado aqui em relação a como se explica o conflito – entendo assim o fato de o COMPRESP ter reconhecido que aquela área deveria ser preservada e, ao mesmo

tempo, a Secretaria de Finança permitir o desmembramento do terreno. Parece haver uma questão mal resolvida dentro do como a Prefeitura entende isso.

A segunda questão, retomando a palavra do Subprefeito do Butantã, que se fixou num aspecto periférico – o muro - de tudo o que está sendo discutido aqui, e ficamos sem saber, de sua parte, sua opinião pessoal, a respeito da criação do parque. Gostaria que, se possível, falasse sobre isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Nelson Condi.

O SR. NELSON CONDI – Meu nome é Nelson Condi e quero complementar o que Pedro Guasco falou: aquela área é a de terrenos valorizados e que estão abandonados. Isso e em razão da especulação imobiliária, deveria resultar em IPTU progressivo. Como fica essa situação?

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Maria Cecília.

A SRA. MARIA CECÍLIA – Primeiro, o Subprefeito Daniel fala que a área foi retificada em 2004; nosso movimento teve início em 1999. Se ouvi errado, peço que me corrijam, mas pergunto: como é que ele falou que, na hora de retificar, a Prefeitura foi consultada e se demonstrou desinteressada por essa área?

Segundo, ele fala que nos cadastros da Prefeitura existe algo justificando aquele muro na rua. Gostaria que ele dissesse em qual? Porque só encontramos portarias da Secretaria da Habitação e Decreto de lei assinado pela Prefeita da época dizendo que essa rua tem 85 metros. Em nenhum lugar, achamos que essa rua não tem essa metragem. Já pedimos e temos documentos na Prefeitura desde 2008, quando esse muro foi construído, até agora, estamos em 2011 e não recebemos nenhum esclarecimento. O muro, simplesmente, permanece lá.

Gostaria de fazer um comentário para quem não conhece muito bem a área: na verdade, a Rua da Fonte atravessava a Chácara por inteiro. Em 1991, alguém propôs que se mudasse o nome da Rua da Fonte para Travessa Cingapura e, só nessa hora, que apareceram os 85 metros, quando, na verdade, essa rua atravessava de lado a lado. Mudaram o nome da rua, trocaram a placa e lançaram 85 metros, ou seja, nesse momento, perdemos mais da metade dessa rua. Pois bem, os 85 metros, porque temos documentos de 1930 que falam dessa servidão de passagem perpétua, passada em cartório. Perdemos isso, mas temos de manter os 85 metros, pelo menos isso.

Então, peço que o Sr. Subprefeito aqui presente nos apresente algum documento, porque no cadastro não encontramos os 38 metros.

Isto não é possível: o muro continua lá! Estão esperando que levemos à Justiça?

Desculpem-me se demoro, mas quero fazer mais uma pergunta: essa questão – que também não entendo – de a comunidade ir ao COMPRESP, em razão do pedido da família Basili de desmembramento da gleba. Nós, em 2009, defendemos a integridade da gleba.

Como é que, hoje, nos cadastros da Secretaria do Verde tem cinco lotes? Quero que alguém me responda: como um simples cidadão, como eu, pode entender uma coisa dessas? Como é que vou à Secretaria do Verde e na Secretaria de Negócios Jurídicos, e a Técnica me diz que tem cinco lotes? Pior: como é que vejo o muro construído após o nosso processo de tombamento ter sido iniciado. Não é só um muro fechando a rua, não! Tem muro dividindo a gleba!

Pergunto minha gente: o que significa um processo de tombamento, se eles abrem portão, pintam a fonte do jeito que querem, constroem muros dentro e fora, barracões, enfim, fazem o que querem.

Desculpem-me por falar, mas não estão dando a mínima para o COMPRESP e para nada. Essa questão também é muito importante, porque, de repente, ficamos aqui conversando, conversando, conversando e, amanhã, chegamos lá e vemos tudo diferente.

Se está escrito na lei que nada pode ser alterado até o final do processo de tombamento, a menos que o COMPRESP autorize. Portanto, não podiam ter construído muro que dividiu a gleba, não podem!

O parque é muito interessante, mas a realidade, hoje, independente de ter parque ou não, temos um processo de tombamento. Não se pode construir muro sem autorização. Temos a gleba íntegra. Não consigo entender os cinco lotes.

Mais um ponto: antes de haver cinco lotes, via na gleba íntegra um IPTU com débito. Eles dividem em cinco lotes, e o que aconteceu com o débito de mais de 100 mil reais? Desapareceu. Não tem mais dívida.

Em todos os lugares que vou na Prefeitura, sou obrigada... o funcionário me fala que tem cinco lotes.

Era isso o que tinha a falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado.

Passo a palavra para o Subprefeito Daniel, pois tem uma série de questões que dizem respeito à fiscalização e ao entendimento do arruamento.

O SR. DANIEL – Procurei anotar todas as questões.

A do Sr. Roberto foi a primeira; a da Dona Cecília em alguns pontos se casará com a dele, então, responderei.

O Roberto fala do Decreto, que estima em, aproximadamente, 85 metros a extensão daquela rua da fonte.

No passado, nos anos 70/75, a Prefeitura avançou em algumas ruas daquela área. Em virtude desse avanço para alargamentos da Corifeu e de outras ruas, o proprietário, solicitou, em Juízo uma retificação da área, uma vez que a Prefeitura, Prefeitura, naquela ocasião, havia, entre aspas, "invadido" área deles para alargamento das avenidas.

Esse processo de retificação correu e o juízo indagou a Prefeitura a respeito dessa retificação e essa retificação foi feita por técnicos, dos azimutes tais aos azimutes tais,

confrontando com as vizinhanças todas.

A Procuradoria do Município, naquela ocasião, se manifestou da seguinte forma para o juízo - vou ler para vocês: "Ao Exmo. Sr. Dr. Juiz da 1ª Vara de Registros Públicos. Processo nº 457/95".

A nossa Procuradora escreveu o seguinte: "A municipalidade de São Paulo, por sua Procuradora nos autos de ação de retificação de área promovida por Rosa Tereza Basile, vem respeitosamente à presença de V.Exa., em face do que ficou apurado em processo administrativo aberto para análise do pedido, manifestar seu desinteresse no feito. A presente manifestação restringe-se ao pedido de retificação de registro aqui formulado e não implica em prejuízo na autuação da petionária para coibir desrespeito às posturas municipais ou exigir o descumprimento das normas legais, a exemplo das aplicáveis ao uso, ocupação, desdobro, loteamentos e parcelamentos do solo, direito de construir, águas, espaço aéreo ao adequado ordenamento territorial etc. Nestes termos, São Paulo, 21 de junho de 2000. Liliana Maria Greco Forneris, Procuradora do Município".

Esse ofício foi encaminhado para o Juiz. O Juiz, por sua vez, fez a seguinte sentença, com base nessa postura da Prefeitura - vou só ler o finalzinho: "Nos termos da perícia, defiro o pedido formulado neste Processo 457/95 - que é o processo formulado pela família Basile - e determino ao 18º Cartório de Registro de Imóveis que retifique a descrição do imóvel objeto da Matrícula nº 66996, nos termos do Memorial e Planta das folhas 291/3 e 222. Expeça-se o mandado de retificação. Arquive-se. Dr. Benjamim Simão Junior, Juiz de Direito."

Com base nessa sentença, essa retificadora é que traça o azimuth 14 ao 15, que passa exatamente ali na linha, na divisória do muro.

Posteriormente, a Prefeita Marta Suplicy emitiu um decreto-lei que especifica que esse logradouro tenha aproximadamente 85m.

Ora, para a Subprefeitura, até onde eu conheço, há um conflito nessa questão. Por conta desse conflito, dessa nuvem, eu não posso fazer a autoexecutabilidade do poder de

polícia, ou seja, chegar lá e simplesmente praticar o desfazimento desse muro por conta dessa questão, que ela está ainda em conflito.

Assim que essa situação for decidida, é claro, a Subprefeitura ou na minha pessoa que estiver lá, olho no olho (?), ela vai executar aquilo que a Justiça determinar.

Então, estamos calcados nesse procedimento legal e estamos aguardando. Não que sejamos contra ou a favor do muro, mas estamos aguardando a legalidade do ato.

Espero que tenha respondido à pergunta do Sr. Roberto e da Sra. Cecília.

A SRA. MARIA CECÍLIA PELEGRINI GÓES – Sobre essa questão do muro, a retificação é de 2004; o decreto da Prefeita é de 2003. Além do decreto, ainda há duas portarias da Secretaria de Habitação que também falam em 85 metros. Como falei anteriormente, temos até documentos anteriores que comprovam que a rua ia de um lado a outro, muito mais de 85 metros.

Eu li essa retificação. O que o Subprefeito está dizendo de azimute, conforme eu li dá muito bem para entender que vai até a Rua da Fonte. Lá não aparece com essa clareza que atravessa a Rua da Fonte. Então, esse muro pode muito bem contorná-la. Eu li esse documento da retificação da área e lá não aparece em nenhum momento, simplesmente aparece a área sendo descrita como: indo até a Rua da Fonte.

Então, muito bem, vai até a Rua da Fonte e a contorna. Senão eu entendo que eles teriam de ter pagado à Prefeitura a compra desse pedaço da Rua da Fonte, ou a Prefeitura teria doado em algum momento para eles esse trecho. Não estou entendendo. Como cidadã, preciso entender o que aconteceu com aquele patrimônio público. Isso ainda não está bem resolvido.

Podemos resolver na Justiça, mas eu acho que aqui está um Secretário de Negócios Jurídicos. Não sou advogada, mas acho que não precisaria ser resolvido isso na Justiça. Podemos ler os documentos, interpretar e resolver isso mais rapidamente. Porque até hoje, desde 2008, a Subprefeitura não nos responde nada, nada por escrito, alguém precisa assinar

e afirmar isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Registro a presença do nobre Vereador Juscelino Gadelha, membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

O SR._____ - Só complementando o questionamento da Sra. Cecília. A Subprefeitura do Butantã está diante de uma sentença judicial, o juiz determinou a retificação, e há um conflito com o decreto de antanho da Prefeita Marta, que especifica. Isso tem de ser decidido com os operadores do Direito. O que for definido na Justiça, a Prefeitura vai cumprir.

Não estamos protegendo A ou B, não é isso, eu estou diante de um documento de um juiz; a Prefeitura tem um decreto, então isso é um conflito. No Brasil, há três poderes, e o Poder Judiciário é que vai decidir o conflito, não se trata de ter o muro mais adiante, mais à frente, 85 metros. Decidiu, está decidido, vai lá e cumpre.

Em relação à Sra. Vani Fátima, ela me questiona a respeito do posto de gasolina, cuja construção está irregular. Eu estou lá há cinco meses e realmente não determinei nenhuma ação fiscalizatória especificamente nesse posto.

Tenho informe de que aquele posto está irregular. Vou verificar. E aí aproveitamos para fiscalizar o entorno da Gleba, para ver como está isso perante a nossa Subprefeitura. O informe que tenho, que é recente, é de que aquele posto foi construído de forma irregular. Vamos verificar sim.

- Conversa fora do microfone.

O SR._____ - Não, ali é o seguinte: quando você vai fiscalizar um posto de combustível não é só uma fiscalização da Prefeitura, envolve a Agência Nacional do Petróleo, por exemplo, então ela demanda a agregação de outros órgãos para fazer essa fiscalização. E já vamos providenciar isso o mais rápido possível.

A Sra. Roberta faz um questionamento a respeito de que o Verde andou fazendo

algumas fiscalizações e o que a Subprefeitura pode fazer também quanto a isso? Nós podemos fazer a fiscalização ali de muro, passeio, limpeza, se o proprietário está preservando a calçada. Isso é de nossa competência. Então, além da fiscalização do Verde, podemos agregar esse tipo de fiscalização.

O Sr. Luiz Augusto falou sobre as construções irregulares internas. Vamos supor, temos de ter acesso ali para verificar o que está ocorrendo ali dentro, ou fazer uma vistoria com helicóptero, e detectar o que há para ver o que tem de ser feito ali. Vamos providenciar isso.

- Conversa fora do microfone.

O SR._____ - O que temos de conhecimento é que, até o presente momento, aquela área é propriedade particular, então para entrarmos ali precisa ter uma autorização da Justiça. O processo de tombamento funciona como o Professor Cláudio Lembo disse: ele vai levar a conhecimento do Sr. Prefeito, que é um plano maior, para englobar toda a área, não somente uma determinada gleba. É isso que tem de entender.

Nesse momento, percebo que a questão do tombamento é muito mais holística, engloba algo muito maior do que, por exemplo, um lote ou um desmembramento de um trecho. É uma coisa grande, de interesse da comunidade, para que aquela área seja preservada. E conforme o Professor Cláudio Lembo disse, tem de ser levado ao conhecimento da autoridade maior, para que haja um interesse do Município em preservar aquele ambiente.

O Sr. Mauro Carota faz um questionamento a respeito de casos de dengue. Eu posso levar a conhecimento da Secretaria de Vigilância Sanitária a respeito dessa postura para ver se eles conseguem adentrar no local e fazer uma limpeza. O que eu tenho feito com meus contatos com a Secretaria da Saúde e da Vigilância Sanitária em relação à dengue? Os técnicos têm me explicado que não adianta aplicar o veneno onde o mato esteja alto. Há necessidade de se fazer uma poda, limpar tudo, para que o veneno tenha efeito.

Temos feito limpeza em canais de córregos, e se não fizer essa limpeza eles não fazem a dedetização, não tem jeito.

O Sr. Renato Curi quer saber a minha posição pessoal a respeito da criação do parque. Pela minha própria origem, eu vim de um trabalho que praticamente preservava a Mata Atlântica. Para o senhor ter conhecimento, participei do traçado da construção da rodovia Mogi-Bertioga. A Mata Atlântica, toda essa Serra da Cantareira, essa orla marítima do Estado de São Paulo, foi mapeada e eu fui uma das pessoas que mapeou tudo isso para entregar à instituição onde eu trabalhei. Então essa é minha origem, acho que dá para o senhor entender a minha postura.

Eu creio que a pergunta da Sra. Cecília já tenha sido respondida junto com as questões do Sr. Roberto que respondi.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Tem a palavra o Sr. Pedro, da Secretaria do Verde.

O SR. PEDRO – A Sra. Vani fez um comentário a respeito do C40 e dos recursos que estão vindo do exterior para, se possível, alocar para projetos ambientais. Isso são planos para o futuro.

A Secretaria está de olho nessa questão desse local. Estamos sempre discutindo. O Subprefeito é o Presidente do Cades, a Sra. Cecília tem levado muito essa questão, temos feito encaminhamento, mas temos encontrado algumas dificuldades.

Trabalhamos muito com a comunidade e levamos todos os anseios da comunidade para a discussão na Secretaria, tentando viabilizar as políticas públicas da Secretaria na comunidade. O próprio Vereador Juscelino Gadelha esteve lá nos acompanhando, porque estávamos criando uma rede de organizações para viabilizar políticas públicas a fim de melhorar a qualidade de vida no local.

Com relação ao parque, temos de continuarmos juntos nessa busca desse parque enquanto esse tombamento não acontecer. Quer dizer, temos esse sinal de que não é prioridade por enquanto; não que nunca vá ocorrer, mas acho que essa mobilização, esse

momento aqui é marcante para a questão do Peabiru, e acho que fortalece até a nossa procura na Secretaria de criar essa prioridade.

Não somos nós, técnicos, que temos a capacidade de criar essas prioridades. E a senhora sabe muito bem, Sra. Cecília, nós estamos juntos nessa busca, somos parceiros, e espero que a senhora sinta isso.

A Secretaria está investindo na questão do Cinturão Verde, os parques lineares estão no Plano Diretor. A Subprefeitura do Butantã é a que tem o maior número de parques lineares, e isso foi uma conquista da própria comunidade, que esteve lá acompanhando o Plano Diretor e solicitando parques lineares na região. Já estão sendo implantados vários parques lineares lá, e tem mais para acontecer. O Sr. Pedro falou da Bacia do Pirajussara, e lá tem vários parques lineares.

E os parques lineares têm de ser construídos num suco onde tenha um córrego e numa área pública. E a questão das áreas privadas, a Secretaria tem priorizado investimento em áreas próximas das APAs, do Cinturão Verde, onde está o Rodoanel, porque estamos vendo que haverá uma especulação imobiliária muito forte e um avanço da Cidade por conta disso.

Alguém falou do abandono da operação. Estamos acompanhando vigilantes falando com a Cecília para quando houver alguma questão ambiental lá para acionar a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, o Núcleo de Gestão ambiental Centro Oeste, de onde sou Diretor, e vamos lá fiscalizar.

Já multamos duas vezes. As multas são vultuosas. E essas multas, quando se faz um projeto nessa multa, vira um Termo de Ajustamento de Conduta, então, o recurso deverá investir em renovação de todas as coisas que forem acontecendo lá, de crimes ambientais dentro da propriedade, ou fora dela.

Mais uma questão de educação ambiental. Alguém falou da depredação que está havendo lá. Temos hoje um projeto da Secretaria do Verde que está sendo desenvolvido com a

Sra. Cecília e com o grupo todo, chamado Peabiru Caminho Suave, que é de educação ambiental e o resgate da história da questão do Peabiru. Espero que consigamos fazer um trabalho decente para a comunidade. E também fazer o resgate histórico, que eu acho que precisamos nos aprofundar nessa história toda, e divulgar para a comunidade a questão da educação ambiental que estamos propondo aí.

O SR. PRESIDENTE (Chico Macena) – Obrigado, Pedro. Tem a palavra a Sra. Letícia Bandeira de Melo.

Antes, eu gostaria de registrar a presença do nobre Vereador Marco Aurélio, que veio prestigiar esta audiência pública. Convido-o para integrar a Mesa.

Eu gostaria de lembrar, Letícia, que nós temos poucos instrumentos de controle social e de defesa da sociedade contra a especulação imobiliária.

Esta Casa aprovou recentemente, e o Secretário Cláudio Lembo estava até lembrando, o imposto progressivo, a regulamentação da finalidade social da propriedade; e, e com isso, a ideia do imposto progressivo para aqueles que mantêm uma propriedade para especulação imobiliária.

Sabemos que quando é tombada uma determinada área, o valor de mercado dessa área também é reduzido, cai. O mesmo ocorre quando é declarado de utilidade pública. Esses são os instrumentos e as garantias, infelizmente, que temos para garantir a finalidade social daquela área.

Peço a senhora celeridade para que possamos ter esse tombamento o mais rápido possível para garantir a finalidade social que aquela propriedade exige.

Esse é o pedido que gostaria de fazer e passar a palavra a senhora.

A SRA. _____ - Antes eu queria esclarecer que posto de gasolina para o Conpresp não é irregular, porque foi construído antes da abertura de tombamento, em 2004. Então, não temos nenhuma informação de que esse posto foi construído após essa Zepec (?). Portanto, não existe nenhuma irregularidade quanto ao Conpresp.

Quanto ao tombamento, comecei minha fala dizendo que temos expectativas de acabar o estudo em setembro ou outubro desse ano. Ele foi desvinculado da Zetec(?) para que fosse mais ágil.

Temos no DPH oito profissionais que trabalham com tombamento, separamos e fizemos um cronograma de tombamento de aproximadamente 40 instruções para este ano, onde está o Morro do Querosene. Ficaram para trás mais de 300 aberturas de processo de tombamento. Então, o que quero dizer é que existem outras prioridades e existe um esforço grande do DPH para que isso aconteça.

Estamos inclusive, hoje em dia, fazendo contato com as universidades para fazer convênios para que esses processos de instruções sejam mais ágeis. Os alunos com os professores especializados fazem os inventários para nos auxiliar para que isso corra mais rápido, mas esse é um processo que estamos iniciando agora.

Vamos encaminhar para o Conpresp em setembro ou outubro, agora, quando o Conpresp deliberará....Temos aqui três representantes do Conpresp que podem responder.

Quanto à fiscalização, não temos corpo técnico e não fazemos fiscalização. Quando recebemos denúncia de alguma obra irregular, encaminhamos à subprefeitura e ela é que tem os fiscais e fiscaliza sempre com denúncia e sempre que apresentamos.

Nessa denúncia do posto encaminhamos na época à subprefeitura do muro. Encaminhamos na época a solicitação para saber o que é e a resposta que tivemos é que existe um caso jurídico e que, por enquanto, não poderia ser respondido da ilegalidade daquilo.

Mais alguma pergunta?

O desmembramento não foi aprovado pelo Conpresp.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Vamos esclarecer. O que o Subprefeito disse é que o desmembramento foi objeto por conta da decisão do juiz.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Tem a palavra o Sr. Secretário Claudio Lembo que, de antemão, agradeço a presença.

O SR. CLAUDIO LEMBO – Essa preocupação dos senhores me parece um pouco frágil porque o desmembramento do caso é meramente fiscal, tributário, não tem nada a ver com a área territorial. Portanto, não há essa preocupação.

Desde o momento em que vocês levantaram essa temática, conversei com o colega, e não há preocupação. Isso não criou problema nenhum.

O que nós temos de ver – e isso eu registrei bastante – o problema da rua. Isso eu farei até hoje à tarde, pedirei ao departamento especializado para analisar a rua. Já tomei aqui do nosso Vereador Chico Macena uma cópia da Declaração de Utilidade Pública. A coisa ficou bem encaminhada e equacionada.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO LEMBO – É que são vários lançamentos fiscais. Até é bom para uma eventual desapropriação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO LEMBO – Fique tranquila porque tem o contribuinte que ficou o devedor em si. É o contribuinte que, como diz meu colega Carlos Eduardo, é o contribuinte pai, o policial, o primitivo e, portanto não há problema. Fique tranquila, isso é o de menos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Fica como encaminhamento tentarmos agilizar o tombamento da área. O Secretário Claudio Lembo está se comprometendo a ver o arruamento. A Câmara Municipal tem de cumprir seu papel na Declaração de Utilidade Pública daquela área. Há os Vereadores que participaram e aqueles que temos conversado na Casa para agilizar essa votação.

Tem a palavra a Sra. Cecília.

A SRA. CECÍLIA – Eu fiz algumas anotações e queria falar ao Pedro que lá tem

córrego, hoje é o Córrego Pirajussara Mirim. Mais do que córrego, há cabeceira de córrego que é a última fluente do Pirajussara. Então, isso não era anteriormente colocado dessa forma, mas na verdade aquilo lá é uma APP. Precisamos rever e colocar dessa maneira.

O que eu queria esclarecer a senhora do DPH é que o posto realmente foi construído antes, do ponto de vista do Conpresp não existe irregularidade. A irregularidade que estamos falando é porque é uma área de nascente e os reservatórios e os tanques onde vai a gasolina têm de ter paredes apropriadas para não deixar contaminar o lençol freático.

Gostaria de falar para o senhor Subprefeito é que a área é particular, como ele está falando, mas um bem que está em processo de tombamento, a fiscalização tem de acontecer.

-Manifestação fora do microfone.

A SRA. CECÍLIA – Quem seria então, por favor?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CECÍLIA – Só para o plenário saber, o Professor Claudio Lembo está me dizendo que o próprio Conpresp pode realizar a fiscalização de todas essas coisas porque justamente com o desmembramento - que a gente não entende quando fala que é só do âmbito fiscal, mas hoje vemos os muros crescendo exatamente onde o fiscal...A gente fica mesmo sem entender essa parte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Agradeço a todos os presentes, o arquiteto Luiz Laurent Block, representando a Secretaria de Desenvolvimento Urbano; Letícia Bandeira de Melo, Diretora da Divisão de Preservação do Departamento do Patrimônio Histórico; Pedro Augustini, representando a Secretaria do Verde e Meio Ambiente; Daniel Barbosa, Subprefeito do Butantã; Vereador Marco Aurélio Cunha; Maria Cecília, representou os moradores e o Professor Claudio Lembo, Secretário Municipal de Negócios Jurídicos, mais uma vez, obrigado. O Professor Claudio Lembo sempre prestigiou e esteve presente nesta Casa. Muito obrigado.

